

ATA da 85ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor da APA Marinha do Litoral Sul e ARIE do Guará - 08 de julho de 2025.

No dia 08 de julho de 2025, às 09:00 horas, conselheiros e convidados reuniram-se de forma presencial no Núcleo Integrado da Fundação Florestal em Cananeia e em formato remoto via plataforma Teams, conforme lista de presença anexa, para a 85ª Reunião Ordinária da APA Marinha do Litoral Sul e ARIE do Guará, que teve como pauta:

1. Programa de Pesquisa e Monitoramento: Apresentação do projeto de pesquisa intitulado: Do local ao global: Processos transdisciplinares para transformação de conflitos na zona costeira, fase dois do PactoMar (Convidado: Bárbara Pinheiro).
2. Programa de Interação Socioambiental: Fechamento da proposta de revisão da composição do Conselho Gestor e renovação do mandato (Biênio 2025-2027).

Informes:

- Programas de Desenvolvimento Sustentável e Interação Socioambiental: Realização do Curso de Pescador Profissional Nível I (POP 1) no âmbito do Programa de Capacitação para pescadores e pescadoras artesanais do litoral paulista, em atendimento à Condicionante 1 da ETAPA 3 do Pré-Sal.
- Programa de Desenvolvimento Sustentável: Devolutiva sobre a manifestação do Conselho e da APAMLS e do GT Pré-sal da FF no âmbito do licenciamento da ETAPA 4 do Pré-Sal.

Letícia Quito (gestora da APAMLS/FF) abriu a reunião agradecendo a presença dos conselheiros e convidados e após breve rodada de apresentação dos presentes, deu início aos informes da reunião.

- **Programa de Desenvolvimento Sustentável: Realização do Curso POP no âmbito do programa de capacitação para pescadores e pescadoras artesanais do litoral paulista em atendimento a condicionante da ETAPA 3 do Pré-Sal.**

Heloisa Helena Valio (monitora ambiental da APAMLS/FF) contextualizou a Condicionante 1, exigência da Fundação Florestal (FF) à Petrobras no licenciamento da Etapa 3 do Pré-Sal, a qual tem o objetivo de promover capacitações para o fortalecimento do setor artesanal da pesca. Informou que em atendimento a essa demanda, será ofertado o 5º curso da condicionante, tratando-se do curso de formação de aquaviários para pescadores profissionais – Nível I, ou POP 1. Este é destinado a pescadores e pescadoras e seus familiares com escolaridade mínima até o quinto ano do ensino fundamental para que possam obter a documentação exigida pela Marinha do Brasil para o exercício da profissão. Ressaltou que o curso já havia sido realizado no Litoral Norte e que, no mês de julho, teve início o processo de divulgação para a nova edição no Litoral Sul, com inscrições abertas até o dia 30 do referido mês.

Heloisa lembrou que a condicionante é executada pela FIA, mas que este curso é ministrado pela Marinha do Brasil, sendo exigida documentações específicas para inscrição. O curso ocorrerá em um período de 10 dias corridos, entre 15 e 26 de setembro no município de Iguape, havendo 30 vagas abertas à participação de pescadores(as) de Cananeia, Ilha Comprida e regiões adjacentes. Todos os custos com transporte, alimentação e eventual hospedagem dos participantes serão providos pela FIA e Petrobras. Para o preenchimento das vagas, será adotado o mesmo processo dos cursos anteriores, em que são aplicados critérios de priorização para a seleção dos

Letícia Quito 

ATA da 85ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor da APA Marinha do Litoral Sul e ARIE do Guará - 08 de julho de 2025.

inscritos, definidos pela FF em conjunto com a FIA, com o objetivo de contemplar o público-alvo da pesca artesanal e seus familiares.

Letícia solicitou o apoio dos conselheiros para a divulgação do curso de modo a reforçar a divulgação que já está sendo feita pela FIA e pela FF. Destacou, que a Marinha tem se mostrado aberta às sugestões feitas pela FIA e pela FF, com o intuito de melhorar a participação dos pescadores e a eficácia dos cursos. Informou que foi criado um Grupo de Trabalho com a Marinha, FIA, FF e Petrobras, o que tem representado uma oportunidade importante para o fortalecimento dessa parceria e para a abertura de novos ciclos de formação, considerando as demandas recorrentes no território e a sua articulação com o Plano de Manejo da APA Marinha do Litoral Sul.

A conselheira Aparecida Vilar (Associação de Moradores Boqueirão Sul - AMOBS) informou que realizou a divulgação do curso na região do Boqueirão Sul e relatou que houve interesse por parte de homens e mulheres que já participaram de cursos de edições anteriores promovidas no âmbito da condicionante. Questionou se o conteúdo do curso abordará temas como artesanato e perguntou como seria organizado o transporte. Letícia esclareceu que este curso tem como foco a formação profissional voltada à atuação no setor pesqueiro embarcado, com o objetivo de que os participantes obtenham certificação da Marinha e a carteira de pescador(a) profissional, chamada de CIR (Carteira de Inscrição e Registro). Reforçou que a FIA está atuando como facilitadora e que o transporte e alimentação serão todos garantidos e custeados por eles. Aparecida comentou ainda sobre a procura de mulheres interessadas na capacitação, muitas das quais já auxiliam seus companheiros durante os períodos de pesca, observando também que essas mulheres, em geral, apresentam maior nível de escolaridade e elevado interesse em participar da formação.

Estefânia Ferreira (Prest. Serv. Petrobras) destacou que a FIA também tem prestado apoio para a emissão dos documentos exigidos para inscrição. Explicou que, após a confirmação da inscrição, a logística de transporte será organizada, considerando os pontos de embarque. Acrescentou que o curso é aberto a homens e mulheres que tenham algum vínculo com a pesca artesanal e mencionou a possibilidade de hospedagem durante os 10 dias de formação, caso haja necessidade.

Letícia reforçou que um dos objetivos principais da condicionante é ampliar o número de pessoas capacitadas para atuar no setor da pesca profissional embarcada e orientou Aparecida a entrar em contato com a FIA, por meio do número informado no banner de divulgação para esclarecer dúvidas ou encaminhar demandas locais mais específicas.

A conselheira Aparecida demonstrou preocupação com a exigência de escolaridade mínima para participação no curso de formação de aquaviários. Em resposta, Estefânia mencionou a experiência positiva do município de Bertioga, onde os instrutores da Marinha têm oferecido apoio específico a participantes com dificuldades de leitura e escrita, garantindo que todos consigam acompanhar o conteúdo. Ressaltou também que a prova de natação, exigida como teste físico eliminatório, vem sendo aplicada de forma tranquila e acessível.

Por fim, Letícia comentou que a ementa do curso previu a inserção, de um momento destinado à apresentação da APA Marinha do Litoral Sul (APAMLS) e seus regramentos, o que representa uma oportunidade de aproximação e fortalecimento do vínculo entre os participantes pescadores(as) e a gestão da unidade de conservação.

Letícia Quinto

- **Programa de Desenvolvimento Sustentável: Devolutiva sobre a manifestação do conselho e da APAMLS do GT Pré-sal da FF no âmbito do licenciamento da ETAPA 4 do Pré-Sal.**

[Assinatura]

ATA da 85ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor da APA Marinha do Litoral Sul e ARIE do Guará - 08 de julho de 2025.

Sobre o licenciamento ambiental da atividade de produção do Pré-Sal na Etapa 4, Letícia solicitou o apoio de Pablo Campregher da Assessoria de Licenciamento da Fundação Florestal e de Jorge Andrade Freires, integrante do Grupo de Trabalho (GT) Pré-Sal, presentes na reunião para eventuais complementações às informações a serem apresentadas na sequência.

Letícia informou que posteriormente à reunião, encaminhará a manifestação final da Fundação Florestal e do Conselho Gestor da APAMLS e ARIEG aos conselheiros e convidados presentes. Relembrou que durante os meses de abril e maio foram realizadas reuniões da Câmara Temática (CT) de Planejamento e Gestão e do Conselho Gestor (CG) da APAMLS e ARIEG, com o objetivo de analisar e elaborar uma manifestação conjunta com as demais UCs do litoral sul, sobre o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) apresentado pela Petrobras no processo de licenciamento da Etapa 4. Esclareceu que as condicionantes propostas foram fundamentadas com base nos impactos potenciais e efetivos identificados sobre o território da APAMLS e demais UCs costeiro-marinhas gerenciadas pela FF e que o conteúdo do EIA foi analisado já com o objetivo de estabelecer condicionantes, uma vez que, segundo informação transmitida pelo IBAMA à FF, não haveria mais abertura para uma solicitação intermediária de revisão de conteúdo do estudo apresentado. Destacou que o mesmo processo participativo junto aos conselhos foi adotado nas demais APAs (Centro e Norte), que o trabalho foi desenvolvido de forma integrada dentro da Fundação Florestal, por meio do GT Pré-Sal e que as discussões realizadas nos Conselhos Gestores serviram como subsídios fundamentais para a construção da manifestação geral da FF. Relembrou que as manifestações específicas dos conselhos foram anexadas à Manifestação da FF, integrando assim a documentação inserida no processo a ser analisado pelo IBAMA. Letícia enalteceu a intensidade dos esforços empenhados pela equipe e parceiros na análise do EIA, agradeceu a dedicação dos membros da CT, o que possibilitou a elaboração de um documento final consistente. Acrescentou que os nomes de todos os participantes da CT foram incluídos como autores da manifestação final da FF, em reconhecimento à contribuição técnica prestada.

Em seguida, Letícia apresentou os pedidos elaborados pela CT que constam na Manifestação do Conselho da APAMLS e ARIEG, indicando, na sequência, aqueles que foram incorporados na Manifestação Final da Fundação Florestal. Assim, de forma resumida, Letícia listou as condicionantes elaboradas pela FF (Anexo 3), explicando brevemente cada uma delas.

A manifestação da FF trouxe um bloco de 03 propostas de melhorias nas condicionantes já realizadas a partir do pedido do IBAMA na Etapa 03, sendo:

- A. Gestão da informação: aprimoramento da integração, uso e divulgação de dados produzidos pelas condicionantes ambientais e da socioeconomia;
- B. Aprimoramento da coleta e análise dos efeitos do óleo sobre a fauna e sobre as praias no âmbito do Projetos de Monitoramento de Praias (PMP-BS);
- C. Fortalecimento e Expansão do PEA Rendas com Foco em Justiça Fiscal e Planejamento Popular.

Destacam-se abaixo as seguintes discussões e comentários realizados durante a reunião:

Em referência ao pedido de melhoria em relação à gestão da informação e de dados gerados por projetos condicionantes (item A), foi destacada a importância da integração e uso dos dados nos processos de licenciamento e de gestão; a necessidade de produzir materiais com linguagem acessível a diferentes públicos e a sugestão de criação de um painel dinâmico de dados (ex.: dashboard) para a divulgação de informações e resultados relacionados aos monitoramentos ambientais e sociais em andamento. Referiu-se, ainda, ao exemplo da Condicionante 8 da Etapa 03, que tem como objetivo

ATA da 85ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor da APA Marinha do Litoral Sul e ARIE do Guará - 08 de julho de 2025.

principal a produção de materiais informativos e didáticos voltados ao público das áreas impactadas, que devem ser aprimorados para a Etapa 4.

Sobre a proposta de melhoria nas coletas de informações pelo ao PMP-BS (item B), a conselheira Renata Balsamo Dias (IPeC) destacou que, com base nas discussões conduzidas no âmbito da CT, foi apontada a necessidade de ampliar a divulgação junto à população sobre a realização de coleta de manchas de óleo encontradas nas praias, além da solicitação de ser dada celeridade nas análises de *fingerprint* e HPAs, bem como a disponibilização dos respectivos resultados na plataforma de dados do projeto, conhecida como SIMBA.

Em relação à proposta de Fortalecimento e Expansão do PEA Rendas com Foco em Justiça Fiscal e Planejamento Popular (item C), Estefânia questionou se foram feitos apontamentos sobre a etapa do ELOS, se houve sugestões de melhorias e quais foram elas. Heloisa respondeu que sim, explicando brevemente que houve sugestões visando tentar sanar o problema da ausência de divulgação e participação do Rendas em ambientes públicos de fiscalização de recursos. Estefânia explicou que a etapa do ELOS no PEA Rendas é uma iniciativa recente e que se encontra em processo de adaptação, especialmente no que diz respeito à identificação de pessoas com o perfil adequado para participação em espaços voltados à temática das rendas. Complementou que estão sendo promovidas formações relacionadas ao entendimento do orçamento público e à qualidade da participação nos processos decisórios. Ressaltou que sua fala não tinha o objetivo de justificar eventuais limitações, mas sim esclarecer que projetos voltados à educação requerem tempo para formação, engajamento e consolidação, especialmente considerando-se a natureza voluntária da participação. Estefânia reforçou a importância do retorno crítico (*feedback*), considerando que os espaços de atuação do projeto são democráticos e voltados à construção coletiva.

Letícia destacou que a equipe do PEA Rendas participou das reuniões da CT de Planejamento e Gestão, contribuindo diretamente no processo de redação do documento e que as sugestões constantes na manifestação do conselho foram alinhadas com as da equipe do PEA. Para melhor esclarecimento, Letícia mostrou as especificações que foram redigidas na manifestação. Marcos Campolim comentou sobre o item 5 das especificações, que trata da participação em conselhos gestores e destacou a relevância de ampliar a inclusão em novos espaços de governança como COMDEMAS, COMTURS e conselhos gestores das unidades.

Heloísa pontuou, ainda, que muitas pessoas que estão fora dos processos formais de gestão ainda não conhecem o PEA Rendas ou suas ações. Estefânia concordou com a observação e informou que, nas próximas fases do projeto, estão previstas ações com foco específico na comunicação e divulgação, com o objetivo de ampliar o alcance e tornar mais efetiva a participação. Demonstrou expectativa de que esse aspecto seja aprimorado.

Dando sequência, Letícia lembrou que a manifestação do Conselho Gestor foi encaminhada ao IBAMA na íntegra, como anexo da Manifestação da FF, mas explicou que nem todas as sugestões foram incorporadas nesse documento.

Sobre o pedido do Conselho da APAMLS para a Ampliação do Projeto de Caracterização dos Territórios Tradicionais (PCTT), incluindo o litoral sul, Letícia informou aos presentes que a FF entendeu que não havia legitimidade suficiente para solicitar a inclusão de uma condicionante referente à ampliação do PCTT uma vez que tal solicitação não foi debatida nem validada com participação das comunidades tradicionais nas reuniões da CT e reuniões do CG, ainda que as lideranças das comunidades tenham sido convidadas. Em resposta, Estefânia informou que uma solicitação semelhante foi incluída na manifestação encaminhada diretamente ao IBAMA pelas comunidades tradicionais e que, embora a FF não tenha incluído na sua

ATA da 85ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor da APA Marinha do Litoral Sul e ARIE do Guará - 08 de julho de 2025.

Manifestação final, a Petrobras deverá incluir o litoral sul no escopo do PCTT para a Etapa 4.

Letícia passou a palavra para os representantes da assessoria de licenciamento, Pablo e Jorge, para eventuais complementações. Jorge Andrade informou que a FF mantém comunicação constante com o IBAMA e que houve sinalização por parte do órgão federal de que a demanda relacionada ao PCTT havia sido encaminhada diretamente pelas comunidades tradicionais. Concordeu com Letícia, reforçando que o pedido, conforme encaminhado, carecia de legitimidade, considerando a ausência de participação comunitária formal no processo. Pablo complementou, informando que todas as manifestações elaboradas pelos conselhos gestores foram anexadas à manifestação enviada pela Fundação Florestal ao IBAMA. Ressaltou que as informações relativas ao território serão consideradas pelo órgão ambiental federal e destacou que os pedidos de melhoria nas condicionantes devem ser compreendidos como parte de um processo de aprimoramento contínuo, especialmente de etapas anteriores do licenciamento. Informou, que as sugestões de aperfeiçoamento do EIA também seguiram essa lógica de melhoria progressiva dos processos.

Dando prosseguimento, Letícia esclareceu que, das sete condicionantes elaboradas pela CT de Planejamento e Gestão da APAMLS, somente duas não foram incorporadas à manifestação final da FF, sendo elas: Programa Participativo de Monitoramento Socioeconômico do território das UCs e Criação de PSA para extrativistas que manejem a ostra exótica. Já a condicionante de criação de um programa de produção sustentável (PPS) para o manejo e cultivo de ostras nativas por extrativistas tradicionais foi incluída como parte da condicionante de Fortalecimento da Pesca Artesanal e Extrativismo, na forma de um subprograma.

Em seguida, Letícia realizou breves explicações sobre as 21 condicionantes constantes na Manifestação da FF (vide anexo 2) para que os conselheiros presentes tenham ciência dos pedidos realizados, abrindo a fala para comentários e eventuais complementações sobre cada condicionante.

A convidada Bárbara Pinheiro, pesquisadora do projeto PactoMar e membro do conselho gestor da APA Costa dos Corais, destacou a importância de pedidos como o da condicionante 20 (Implantar Programa de Monitoramento da Biodiversidade das Unidades de Conservação Costeiras e Marinhas do Estado de São Paulo e seu Gradiente Trans-Plataforma), exemplificando com o caso do PELD – Programa de Pesquisa Ecológica de Longa Duração – realizado na região da Costa dos Corais. Segundo ela, os dados gerados por esse programa foram fundamentais para atender à emergência relacionada ao toque de óleo que afetou o nordeste em anos anteriores.

Letícia destacou o caráter participativo do trabalho realizado, agradecendo o comprometimento e a parceria de todos os conselheiros, gestores de UCs e parceiros como Instituto de Pesca, UNIFESP e outros, que se envolveram no processo. Pablo também agradeceu as contribuições recebidas e parabenizou o grupo pelo trabalho desenvolvido. Explicou que o IBAMA analisaria a manifestação encaminhada pela FF e, caso considerasse pertinente, incorporaria o conteúdo à manifestação final do órgão a ser enviada à Petrobras. Após essa etapa, teria início a fase de negociação para contratação dos serviços propostos nas especificações apresentadas. Jorge parabenizou a participação ativa do conselho na elaboração dos documentos, ressaltando que a construção do material não teria sido possível sem as contribuições oriundas do território. Destacou que, graças à participação dos conselheiros, a Fundação Florestal conseguiu contemplar as principais demandas locais, sendo esse um aspecto valorizado e reconhecido pelo IBAMA. Enfatizou, ainda, que as próximas fases do processo envolvem a negociação e definição dos Termos de Referência (TDR) e Planos de Trabalho para cada condicionante.

Letícia Quinto

ATA da 85ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor da APA Marinha do Litoral Sul e ARIE do Guará - 08 de julho de 2025.

Estefânia parabenizou a FF pela elaboração do documento, enfatizando o padrão participativo mantido ao longo do processo e considerando-o um exemplo a ser seguido. Solicitou, caso possível, o envio antecipado do documento à Petrobras, esclarecendo que a resposta não precisaria ser dada necessariamente durante a reunião e que poderia ser encaminhada posteriormente por e-mail. Letícia respondeu que entendia que o documento, assim como seria disponibilizado aos conselheiros, poderia também ser encaminhado à equipe da Petrobras, uma vez presente na reunião. No entanto, consultou Pablo sobre essa possibilidade e informou que a resposta definitiva seria enviada por ele após a reunião.

Ao final, Jorge e Pablo agradeceram o convite para participar da reunião do conselho. Pablo reiterou a qualidade do documento produzido e, em função de outras demandas, ambos se despediram da reunião.

Finalizados os informes, deu-se início à discussão dos pontos da pauta:

1. Programa de Pesquisa e Monitoramento - Apresentação do projeto de pesquisa intitulado: "Do local ao global: Processos transdisciplinares para transformação de conflitos na zona costeira", fase 2 do Projeto PactoMar (Convidada: Bárbara Pinheiro).

Letícia passou a palavra para a convidada Bárbara Pinheiro, pesquisadora do projeto PactoMar, para a apresentação do projeto de pesquisa internacional que teve início em 2020, estudando os conflitos da pesca artesanal no litoral paulista e que, agora, no ano de 2025, estaria iniciando uma nova fase na qual se propõe aprofundar estudos de caso, tendo como base os trabalhos feitos na fase anterior, utilizando-se de questionários e oficinas participativas. Ressaltou um diferencial da iniciativa, que é composição de uma equipe transdisciplinar, composta por representantes da academia, do poder público, do terceiro setor e de comunidades pesqueiras.

Com a palavra, Bárbara apresentou os objetivos centrais do projeto, voltados à sustentabilidade dos recursos naturais e à busca por resolução de conflitos considerados prioritários envolvendo a pesca artesanal. Explicou que o projeto será dividido em três setores (norte, centro e sul), seguindo a divisão geográfica das APAs Marinhas do estado de SP. Informou que, no setor sul, a abrangência incluiria a Ilha do Cardoso. Acrescentou que as decisões do projeto são tomadas por um Comitê Gestor composto por representantes do poder público, pesquisadores, comunidades tradicionais, povos quilombolas e indígenas, além de organizações não governamentais. Informou que o projeto prevê a definição de estudos de caso para a elaboração de planos de ação, os quais seriam construídos de forma participativa com os conselhos gestores, em consonância com as políticas públicas e com a legislação aplicável às Unidades de Conservação. Bárbara também mencionou que as ações do projeto estariam alinhadas com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), definidos pela Organização das Nações Unidas (ONU). Após a escolha dos estudos de caso, seriam realizadas reuniões setoriais e reuniões com os conselhos gestores para a construção dos respectivos planos de ação. As deliberações sobre os estudos de caso serão baseadas no mapeamento dos conflitos já realizado na primeira fase do projeto.

Concluiu informando que, a partir da lista de contatos estabelecida na fase anterior, seria feito um esforço concentrado para definição das datas das reuniões setoriais. Aproveitou para convidar os presentes para o Festival da Cultura Oceânica, a ser realizado pela UNIFESP, no município de Santos, no mês de agosto. Segundo ela, o evento contaria, se possível, com uma oficina geral do projeto e reuniria os participantes do projeto PactoMar. Informou que os convites oficiais, com datas e horários definidos, seriam encaminhados em breve.

Letícia Quito 

ATA da 85ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor da APA Marinha do Litoral Sul e ARIE do Guará - 08 de julho de 2025.

Na sequência, Letícia mencionou que a APAMLS possui uma Câmara Temática de Pesca mas que, ao contrário do litoral centro, onde há ampla participação de diversos pescadores, no litoral sul este espaço tem sido ocupado principalmente por lideranças, sendo o número de pescadores participantes ainda reduzido. Sugeriu que a mobilização dos pescadores para esta fase seja feita a partir da lista de representantes e pescadores que participaram das oficinas da fase inicial do projeto. Bárbara informou que, no dia anterior, havia sido realizada uma reunião com os representantes da Articulação da Ilha do Cardoso, seguindo exatamente essa proposta de abordagem, na qual já divulgou o projeto e a segunda fase.

Ao fim da apresentação, Letícia citou como exemplo de conflito mais atual da pesca artesanal, a normativa mais recente da pesca de arrasto de camarão que passa a exigir o uso do sistema PREPS por barcos de menor porte, incluindo os artesanais, assunto este que já havia sido debatido tanto na CT Pesca, como no Conselho Gestor da APAMLS. Relatou que, a partir dessas discussões, foi produzida uma manifestação do conselho em apoio à demanda apresentada pelos pescadores e ressaltou que esse tipo de pauta tende a retornar no atual contexto de renovação da norma. Por fim, destacou que, por muitos anos, os temas relacionados à pesca dominaram as discussões do Conselho Gestor, sobretudo diante de conflitos relacionados à normas federais que não se adequaram à realidade de pesca local e que, ao longo do tempo, por meio de esforços conjuntos, os conflitos foram sendo pacificados por meio de esforços de gestão que resultaram em ajustes nestas normativas, ora incompatíveis. Contudo, avaliou que, com o avanço da segunda fase do PactoMar, somado aos novos conflitos relacionados à revisão da norma que alterou a IN IBAMA Nº 166/2007 e a exigência do sistema PREPS, esses assuntos provavelmente voltarão a ser retomados no âmbito do conselho.

2. Programa de Interação Socioambiental: Fechamento da proposta de revisão da composição do Conselho Gestor e renovação do mandato (biênio 2025-2027).


Letícia contextualizou que o assunto vinha sendo discutido há cerca de um ano, tendo sido pauta de três reuniões anteriores. Relembrou que as alterações em discussão têm os objetivos de assegurar a participação das comunidades tradicionais, conforme previsto na Resolução SMA nº 88/2017, garantir a melhor representatividade dos atores atualmente relacionados ao território e à gestão da APAMLS, tanto da sociedade civil como de órgãos públicos, visando maior engajamento e participação dos conselheiros.

Explicou que para alterar a composição atual do conselho, será necessário alterar a resolução vigente (Res. SMA nº 18/2018, que reorganizou o conselho da APAMLS e ARIEG) e que o pleito seria encaminhado à SEMIL, para posterior renovação do mandato, uma vez que este que vencerá em 29 de agosto de 2025. Ressaltou que o prazo está próximo, reconhecendo que, devido ao tempo necessário para os trâmites administrativos, pode haver um período em que o conselho não estará formalizado. No entanto, afirmou que as reuniões seguirão ocorrendo e que seria buscada celeridade para minimizar esse intervalo de não-oficialização do mandato.

Assim, após a aprovação e publicação da nova resolução, será iniciado o processo de eleição para o novo biênio. Relembrou que alterações semelhantes na composição do conselho já haviam ocorrido no passado, visando a diminuição no número de cadeiras para facilitar o quórum.

Em seguida, foram apresentados os principais ajustes propostos, sendo:

- Inclusão de uma cadeira específica para o segmento de populações tradicionais;
- Redução de uma cadeira para o segmento de turismo;


Letícia Quirto

ATA da 85ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor da APA Marinha do Litoral Sul e ARIE do Guará - 08 de julho de 2025.

- Destinação de uma cadeira específica para cada um dos três municípios abrangidos pela APAMLS;
- Alteração da composição dos órgãos públicos de modo a destinar 03 cadeiras para o poder público municipal e 04 cadeiras para o poder público estadual, com a possibilidade de suplentes de instituições distintas;
- Adequação das cadeiras de instituições do poder público nas esferas federal e estadual que historicamente não vêm mais comparecendo às reuniões do conselho.

Letícia informou que foi realizada consulta quanto ao interesse de participação por parte dos representantes das comunidades tradicionais, os quais manifestaram interesse e concordância com a criação de uma única cadeira específica, que poderia eventualmente ser compartilhada entre titularidade e suplências distintas.

As discussões resultaram, portanto, na seguinte proposta de composição:

Poder Público (Titulares/Suplência)	Sociedade Civil (Titulares/Suplência)
FF	Pesca Artesanal
IPA / DPLA	Pesca Artesanal
PM Ambiental / DPFA	Pesca Industrial / Aquicultura
CATI / I. Pesca	Entidade Socioambientalista
ICMBio / IBAMA	Entidade Socioambientalista
Prefeitura Cananeia	Comunidade Tradicional
Prefeitura Iguape	Entidade de Turismo
Prefeitura Ilha Comprida	Entidade de Pesquisa

Letícia destacou a necessidade de validação deste arranjo na reunião atual para que os procedimentos administrativos para a solicitação de alteração da resolução pudessem ser formalmente iniciados e abriu a palavra para manifestações dos conselheiros.

Gisele Villar (Associação Rede Cananeia) questionou se havia previsão no Decreto de criação da APAMLS sobre a obrigatoriedade da participação da Marinha como membro do conselho. Letícia respondeu que, embora o decreto não mencione obrigatoriedade de participação da Marinha, a participação sempre foi bem-vinda em função da gestão compartilhada com áreas específicas, como a Ilha do Bom Abrigo. Citou que o Decreto aponta o Instituto Oceanográfico (IO-USP) e o Instituto de Pesca (IP/SAA) como convidados permanentes do Conselho, como forma de garantir sua expertise técnica, mesmo não ocupando cadeira oficial, reforçando a importância desses órgãos de pesquisa participarem das reuniões. Destacou que nada impedia o envio de convites para participação em reuniões, mesmo para instituições sem assento formal e Gisele sugeriu que a Marinha fosse sempre convidada para as reuniões, mesmo que não ocupasse mais uma cadeira específica, devido à relevância da Ilha do Bom Abrigo.

Renata (IPeC) concordou com as propostas apresentadas e questionou se o IPeC estaria incluso na cadeira de "entidade socioambientalista" e se o IO e a UNESP estariam enquadrados na cadeira de entidades de pesquisa. Letícia respondeu que o

Letícia Villar

ATA da 85ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor da APA Marinha do Litoral Sul e ARIE do Guará - 08 de julho de 2025.

entendimento estava correto e acrescentou que a resolução atual também permite eventual remanejamento para cadeiras remanescentes.

Marcio Lúcio (Prefeitura de Ilha Comprida), por meio do *chat* da reunião, também manifestou concordância com a proposta.

Marcos Campolim (IPA) questionou sobre os prazos de aprovação da alteração e se haveria a possibilidade de solicitar extensão da vigência do atual conselho para evitar um período de informalidade. Letícia respondeu que consultaria internamente a Fundação Florestal sobre a possibilidade de solicitar esta prorrogação na vigência do atual mandato, até a finalização do processo de renovação. Bárbara sugeriu que, caso possível, essa previsão de prorrogação se tornasse uma diretriz permanente nas resoluções, para evitar esse intervalo de informalização em futuros processos de renovação. Letícia concordou com a sugestão e afirmou que, se possível, essa proposta seria incorporada no texto da minuta de Resolução.

Letícia perguntou aos demais conselheiros se estavam de acordo com a proposta apresentada e se havia mais alguma sugestão de ajuste. Todos os presentes manifestaram concordância com a atual proposta, sem novas sugestões de ajustes, considerando-se aprovada a proposta de nova composição.

Letícia abriu uma minuta de manifestação do conselho, constando as propostas de alteração da resolução e da composição, conforme discussões aprovadas e os presentes aprovaram o documento, com a sugestão da inclusão de uma tabela com a composição, para conferir maior didática ao documento.

Por fim, a próxima reunião ordinária do conselho gestor foi pré-agendada para o dia 26 de agosto, mantendo o formato híbrido (online e presencial).

Sendo isto a ser tratado eu, Calebe da Silva Dutra, Secretário Executivo do Conselho Gestor, subscrevo esta ata juntamente com a Presidente do Conselho, Letícia Quito.

Letícia Quito 

ATA da 85ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor da APA Marinha do Litoral Sul e ARIE do Guará - 08 de julho de 2025.

ANEXO 1 – LISTA DE PRESENÇA CONSELHEIROS

LISTA DE PRESENÇA
85ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor da
APA Marinha do Litoral Sul e ARIE do Guará - 08 de Julho de 2025.

	INSTITUIÇÃO	TITULAR	ASSINATURA	SUPLENTE	ASSINATURA
1	Fundação Florestal	Leticia Quito	<i>Leticia Quito</i>	Marco Aurélio Oliveira	ONLINE
2	IPA / SABESP	Marcos Buhrer Campolim	<i>[Assinatura]</i>	Marcos Roberto da Silva	
3	DPLA / CETESB	Isadora Le Senechal Parada	<i>[Assinatura]</i>	Allan Edryen Pavani Costa	
4	Polícia Militar Ambiental / CFB	1º Sarg. PM Ricardo Floriano dos Santos	ONLINE	João Nóbrega Junior	
5	SAA	Edison Barbieri		Camila Correa	
6	ICMBio / Marinha do Brasil	Eliel Souza		1º Ten. MB Marco Antônio Machado Junior	
7	Prefeitura Municipal de Cananeia	Claudia Noemi Gervasio Bilche	ONLINE	Jacques Gomes Filho	ONLINE
8	Pref. de Ilha Comprida / Pref. de Iguape	Márcio José Lúcio	ONLINE	Larissa Colliço Costa	ONLINE
9	Ecosurf / Associação Rede Cananéia	Jonas Santana do Prado Filho		Gisele Alves Vilar	<i>[Assinatura]</i>
10	IPeC	Renata Balsamo Dias	<i>Renata B. Dias</i>	Caio Noritake	
11	UNESP	Santiago Montealegre Quijano		Ana Leticia Madeira Sanches	
12	Associação de Moradores do Boqueirão Sul	Aparecida Vilar Oliveira	<i>[Assinatura]</i>	Diego Peres Vanin	
13	APPS	Mário Fukunaga Júnior		Rogério Amílcar Dias	
14	SAPESP	Ismael Coelho		Vinicius Barbosa Rangel	
15	Colônia de Cananeia	Adevanil Xavier Junior		Edilio José de Oliveira	
16	Colônia de Iguape	Paulo de Moura		Sérgio Rangel de Carvalho	

ATA da 85ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor da APA Marinha do Litoral Sul e ARIE do Guará - 08 de julho de 2025.

ANEXO 2 – LISTA DE PRESENÇA CONVIDADOS

LISTA DE PRESENÇA
85ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor da
APA Marinha do Litoral Sul e ARIE do Guará - 08 de Julho de 2025.
CONVIDADOS

	NOME	INSTITUIÇÃO / SETOR QUE REPRESENTA	CONTATO (e-mail e telefone)
1	BARBARA RAMOS PINHEIRO	UNIFESP	31 996865415 barbara.pinho@gmail.com
2	Estefania Ferreira	Petrobras	13 997722961 estefania.pereira@petrobras.com.br
3	Collete da Silva	APAMLS	
4	HELOISA VALIO	APAMLS	
5	Roberta Nicácio do Costa	Ref. Jênia Caputo	ONLINE
6	Lúcia Suzana Godoi	IO/USP	ONLINE
7	Jorge Andrade Freitas	DLS/FF	ONLINE
8	Roberto Compagner	FF	ONLINE
9	Carlos Souza	APAMLS	ONLINE
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			
18			
20			

ATA da 85ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor da APA Marinha do Litoral Sul e ARIE do Guará - 08 de julho de 2025.

ANEXO 3 – Lista de condicionantes elaboradas conforme IT GT Pré-sal FF nº 03/2025 (Processo e-Ambiente: FF.005207/2022-23, Referência Processo IBAMA nº 02001.016155/2020-35).

1. Realizar o Programa Participativo de Fortalecimento à Pesca Artesanal e Extrativismo nos municípios do estado de São Paulo abrangidos pela atividade e contemplar, no âmbito do referido Programa, o Subprograma de Produção Sustentável (PPS) para manejo e cultivo de ostras nativas junto a pescadores e coletores tradicionais;
2. Promover a valorização de práticas sustentáveis do turismo náutico nos atrativos turísticos em áreas protegidas no Litoral Norte paulista;
3. Continuidade da Capacitação e treinamento periódico dos moradores, pescadores locais e outros atores, baseado em estratégias de comunicação direcionadas aos riscos inerentes ao empreendimento da Etapa 4;
4. Manutenção e aprimoramento do envio de resultados dos Programas Ambientais vinculados ao empreendimento, incluindo a elaboração de materiais informativos sobre temas diversos relacionados à conservação ambiental, com o objetivo de expandir o Programa de Comunicação Social Regional da Bacia de Santos;
5. Continuidade e aprimoramento do Projeto de Monitoramento do Tráfego de Embarcações;
6. Avaliação, monitoramento, remoção e caracterização de petrechos de pesca perdidos, abandonados ou descartados;
7. Promover a continuidade do Programa de Monitoramento, conforme estabelecido nas condicionantes 5 e 11 da Etapa 3, que garanta a verificação constante da presença destas espécies exóticas, ações de manejo, limpeza, pintura e manutenção dos cascos das embarcações e demais estruturas que possam funcionar como substrato para a incrustação e transporte, bem como a produção e divulgação de relatórios sobre a situação destas espécies na Bacia de Santos;
8. Continuação do Projeto de Monitoramento de Áreas Suscetíveis à Colonização por Coral-sol (PMASCC) em Unidades de Conservação Marinhas, com Inclusão de Análise Genética e Expansão para o Litoral Sul;
9. Realização de Modelagem de Dispersão Larval de *Tubastraea* spp. no contexto das Atividades da Etapa 4;
10. Promover a implementação de Programa de Manejo de Coral-sol com Monitoramento da Efetividade do manejo em Unidades de Conservação Marinhas;
11. Viabilizar o diagnóstico, monitoramento e a supressão da Espécie de Vegetação Exótica *Sonneratia* apetala na costa paulista baixada santista em toda fase de operação do empreendimento;

ATA da 85ª Reunião Ordinária do Conselho Gestor da APA Marinha do Litoral Sul e ARIE do Guará - 08 de julho de 2025.

12. Viabilizar o Diagnóstico, o Monitoramento e o Manejo das Espécies de ostra exótica invasora (*Saccostrea cucullata*) e o mexilhão-verde asiático (*Perna viridis*) em Unidades de Conservação do litoral paulista durante toda a fase de operação do empreendimento;
13. Continuidade de estudos sobre características biológicas e ecológicas sobre espécies de interesse para pesca;
14. Continuação da avaliação das alterações na distribuição e densidade dos cetáceos em função dos empreendimentos do polo Pré-Sal e consequente aumento do fluxo de embarcações;
15. Incorporar a exigência da presença de observadores de bordo (PSOs - Protected Species Observer) nas embarcações de apoio, navios aliviadores e a realização de monitoramento acústico de cetáceos nos FPSO's;
16. Implantar Programa de Monitoramento Meteoceanográfico Contínuo e Integrado;
17. Implantar Programa de Monitoramento da Evolução da Linha de Costa, abrangendo o território das APAs Marinhas do Litoral Paulista;
18. Implantar Programa de Modelagem Preditiva e Ferramentas de Gestão Acionadas por Dados;
19. Implantar Programa de Enfrentamento e Resiliência aos Efeitos das Mudanças Climáticas nas Unidades de Conservação do litoral paulista;
20. Implantar Programa de Monitoramento da Biodiversidade das Unidades de Conservação Costeiras e Marinhas do Estado de São Paulo e seu Gradiente Trans-Plataforma;
21. Implantar Programa de Monitoramento Contínuo da Qualidade das Águas Marinhas e Manguezais do Litoral Norte Paulista.